

3 Identidade

Podéssemos estabelecer um ranking de popularidade entre as teorias atuais sobre a natureza da mente, o *monismo materialista* estaria em vantagem na defesa da posição de que todos os fenômenos são fisicamente explicáveis. A partir desta idéia, diferentes teorias procuram explicações baseadas em fatores puramente físicos que esgotem o papel do cérebro na explicação da natureza da experiência.

Argumentei no capítulo precedente que teorias erigidas sob a noção de “causação” parecem ser insuficientes para explicar o que é o domínio mental, posto que alegam dois níveis descritivos ou fenomênicos, mas não conseguem manter a eficácia entre tais domínios, principalmente por conta de um esvaziamento ontológico. O presente capítulo pretende delinear um panorama dos atuais paradigmas que buscam alguma espécie de identidade entre mente e corpo (identidade de tipos ou de instâncias, a saber) ou, dada a natureza da noção de “cérebro”, a eliminação da noção de “mente”, tratada como ilusória.

3.1 Preleções

O princípio de identidade é tema para alguns dos mais calorosos debates na filosofia por tratar, em última instância, da questão do que um ente *é*. Ao questionar o *Ser* de determinado ente, procuramos saber o que o identifica, tornando-o único e discriminável na multiplicidade. A natureza desse problema será *ontológica*¹.

A noção clássica de “identidade” se apresenta de duas maneiras: Quando, por exemplo, digo da água que ela é H₂O, esta relação representa uma identidade *total* nas propriedades de ambos os termos. Predico ao termo *água* que ele é a relação entre dois átomos de hidrogênio para um de oxigênio (H₂O).

¹ BUTCHVAROV, P., *Being Qua Being*, p. 03.

Reconhecemos nesta predicação uma relação de identidade *numérica*, representada de maneira formal por $x = y$. No entanto, para casos onde observamos que entes compartilham de propriedades comuns, atribuímos-lhe uma relação de identidade *qualitativa*. Exemplificando, ao comentar os romances *Vidas Secas* e *São Bernardo*, identifico-lhes com o autor Graciliano Ramos.

Devido às maneiras como a relação de identidade se apresenta é importante verificar dois aspectos que expressam os princípios com os quais a noção é desenvolvida. O primeiro é a *reflexividade*, dado que a identidade é a relação que algo tem consigo mesmo. Formalmente, representamos $x = x$.

O segundo aspecto, no entanto, carece de maior detalhamento. Na obra póstuma *Novos Ensaios Sobre o Entendimento Humano*, publicada em 1765, o filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) critica a tese empirista, especificamente defendida pelo filósofo inglês John Locke (1632-1704), de que a experiência não possui princípios internos. Leibniz acreditava que todo ente é constituído de qualidades intrínsecas, que o torna distinguível na multiplicidade. Além disso, caso algum indivíduo compartilhe de semelhança e igualdade com outro, estaremos falando de um mesmo ente, identificado por tal relação. A esses princípios, Leibniz chama de “distinção” e “individuação”, respectivamente. Isso posto, reconhecemos esses aspectos peculiares da relação de identidade pela alcunha de “*Lei de Leibniz*”.

Os princípios que formulam a Lei de Leibniz serão conhecidos, posteriormente, pelos nomes de *indiscernibilidade dos idênticos* e, seu princípio inverso, *identidade dos indiscerníveis*. O que torna a relação de identidade própria de um ente consigo mesmo é o fato de que não observaremos um ente numericamente diverso partilhando da mesma totalidade de propriedades de outro. Dois objetos não serão idênticos entre si, mas em si mesmos. Citando o próprio Leibniz, “as coisas não deixam de ser distinguíveis em si”².

Derivam da Lei de Leibniz os princípios de: 1) *transitividade*, quando atribuímos uma relação de identidade entre dois entes e, de um deles, reconhecemos sua identidade com uma terceira entidade, a primeira e a última também partilharão desta relação. Formalmente, representamos: se $x = y$ e $y = a$, então $x = a$; e 2) *simetria*, porque o que individua um ente pode ser deduzido de

² LEIBNIZ, G.W., *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*, p. 168 et. seq.

um segundo que com ele compartilha de uma relação de identidade. Formalmente, se $x = y$, então $y = x$.

O princípio de identidade lida diretamente com o conceito de “propriedades”. Tal conceito será tratado a partir de duas modalidades: *intrinsicalidade* ou *extrinsicalidade*. Uma propriedade será *intrínseca* (ou não-relacional) se, e somente se, tal propriedade garantir que o ente que a instancia exista sem depender da existência de qualquer outra propriedade para tal. Em contrapartida, caso determinemos a identidade de um ente através da variação de propriedades nas suas relações com outros entes, tais propriedades serão *extrínsecas*.

A primeira visão defende que propriedades são *universais* e permitem que o ente permaneça o mesmo, identificável na multiplicidade, através das mudanças por que passa no tempo. A segunda, que propriedades são *contingentes*, sendo a identidade um fator determinável a partir de uma variação no seu conjunto em acordo com mudanças nos demais entes e relações.

Essa diferença de abordagem à questão da intrinsicalidade ou extrinsicalidade das propriedades é derivada de uma antiga discussão na tradição acerca dos *universais*. Por universais, explica-nos John C. Bigelow no artigo para a *Routledge Encyclopedia* (1998), concebemos relações, espécies, gêneros ou propriedades que “nos habilitam a compreender intelectualmente a ordem permanente e subjacente por detrás do fluxo mutável da experiência”.

É importante, aqui, colocar a seguinte questão: *como algo pode permanecer o mesmo ao longo de transformações temporais?* A questão é imprescindível porque abre dois focos de investigação diretamente ocupados da ontologia por detrás da identidade de um ente.

O primeiro foco é denominado realista. Os realistas defendem que universais são aspectos necessários em qualquer ontologia. Assim sendo, características que podem ser instanciadas em entes espacialmente diversos e numericamente diferentes ao mesmo tempo serão consideradas propriedades universais. A cor que chamamos de azul, a justiça, o que reconhecemos como canino em dois cachorros diferentes, a sabedoria, a beleza ou o fato de algo ser um homem, para os realistas, diz respeito à sua constituição e ao que permanece em si mesmo. O realismo é amplamente fundamentado na noção platônica de que universais tem existência objetiva:

Volto a uma teoria que já muitas vezes discuti e por ela começo: suponho que há um belo, um bom e um grande em si, e do mesmo modo as demais coisas (...) quando, além do belo em si, existe um outro belo, este é belo porque participa daquele apenas por isso e por nenhuma outra causa. O mesmo afirmo a propósito de tudo mais.³

As atribuições de identidade, nesses casos, pretenderão ser necessárias, pois se um ente existe ao longo de mudanças, está absolutamente presente nesse processo. Essa visão afirma que objetos materiais têm **duração**.

Contrários à posição realista, os nominalistas não concedem um caráter de universalidade a propriedades, espécies, gêneros ou relações. Cita-se, com frequência, o argumento conhecido como “navalha de Occam” para descaracterizar o apelo a universais. De acordo com Guilherme de Occam (1287-1347), pensador inglês, frei franciscano e teólogo, a economia intelectual é um benefício para o pensamento. A partir dessa idéia, ontologias que apelam a universais são criticadas porque tais sistemas multiplicam entes sem necessidade, posto que a experiência fornece os dados necessários para que alcancemos os fatos.

O conhecimento *intuitivo*, discriminava Occam, tem por objeto os entes e os dados sensíveis com que os apreendemos. O conhecimento *abstrato*, por sua vez, pode estabelecer relações necessárias entre idéias, que são seu objeto de investigação, mas não pode garantir que dados empíricos se conformem a essas abstrações⁴. A noção de universais, por conseguinte, levaria à contradição. Essa idéia é bem explicitada no artigo sobre Guilherme de Occam, escrito por Claude Panaccio, da Routledge Encyclopedia (1998):

Se a natureza universal e o ente individual são realmente idênticos entre si, então o que for verdade de um, será verdadeiro do outro, e dessa maneira será verdadeiro da mesma entidade que ela seja universal e não universal, individual e não individual. Contrariamente, se predicados incompatíveis tais quais universalidade ou individualidade são atribuídos respectivamente à natureza comum e ao ente individual, isso bastará para mostrar que são distintas na realidade, pois essa é precisamente a maneira paradigmática de provar que duas coisas são realmente distintas entre si.

Posições nominalistas radicais, como a do empirista inglês George Berkeley (1685-1753), defendem que os *nomes gerais*, os predicados que atribuímos aos

³ PLATÃO, *Fédon*, 100a-c.

⁴ GILSON, E., *A Filosofia na Idade Média*, p. 797.

entes como “marcas de idéias” – tais como universalidade, bondade ou individualidade – são particulares em seu conteúdo e determinadas pela experiência em suas características:

Em tudo pode haver grande variedade, e portanto nenhuma idéia determinada limita a significação (...) Uma coisa é manter constante definição de um nome, outra fazer que ele represente sempre a mesma idéia; uma é necessária, outra inútil e impraticável⁵.

A extensão de um nome geral (isto é, os entes sobre os quais esse nome pode ser aplicado) e, conseqüentemente, as atribuições de identidade, nesses casos, serão dependentes da *ostensão*, *grosso modo*, o ato de *apontar*. Por enquanto, não me aprofundarei no conceito de ostensão porque pretendo retornar a ele adiante neste capítulo. O que creio ser importante comentar nesse momento da investigação em que procedo é que a delimitação das propriedades que compõem um ente, pelo viés nominalista, será contingente: um ente que existe ao longo de mudanças será re-identificado a cada novo instante. Essa visão afirma que objetos materiais têm **persistência**.

A noção clássica até aqui exposta não foi rejeitada, embora tenha incitado novas discussões que culminaram com a noção contemporânea, que propõe abordagens e ajustes ao tema a partir de pressupostos da filosofia de linha analítica. Doravante, cabe uma breve exposição dos conceitos elementares de tal proposta.

O momento da fundamentação da filosofia analítica que hoje conhecemos se deu na transição do século XIX para o século XX. Essa posição teve os pressupostos apresentados primariamente pelo matemático e filósofo Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1848-1925).

O *Logicismo*, posição desenvolvida por Frege, defende primariamente que todos os axiomas matemáticos podem ser reduzidos à lógica. Tal proposta se baseia em um conceito de justificação racional que permitiria compreender como a linguagem e seus componentes levam ao significado de qualquer *expressão lingüística* e, por conseguinte, à compreensão de como expressa pensamentos. O rigor dessa tarefa requereu uma reformulação monumental da lógica clássica, promovendo os princípios básicos que sustentam a lógica contemporânea. O âmago do sistema elaborado por Frege consiste de mecanismos para formalizar a

⁵ BERKELEY, G., *Tratado Sobre os Princípios do Conhecimento Humano*, p.16.

linguagem e provar sentenças de maneira eficaz. Procurarei apresentar o logicismo em linhas gerais⁶.

Frege defendeu a idéia de que problemas filosóficos são, em última análise, problemas referentes à linguagem. Para tal, propõe uma linguagem natural: um conjunto de notações simbólicas para tratar de quaisquer expressões, sentenças e seus dispositivos. A notação utilizada por Frege foi modificada por formulações posteriores de pensadores que se dedicaram ao estudo da lógica, mas a descrição matemática de sentenças e expressões permanece.

De acordo com sua tese denominada “composicionalidade”, uma linguagem deve conter expressões significativas construídas a partir da relação com outras expressões significativas. Conseqüentemente, o significado de uma expressão complexa será totalmente determinado pela estrutura e significado de cada uma de suas expressões ou termos constituintes. Esse primeiro pressuposto define que a compreensão do significado deve ser feita através de operações entre *sentenças*. Uma sentença é composta por *nomes próprios* (*termos singulares* na lógica tradicional) e *conceitos* (*termos gerais*, ou *predicados*, na tradição). Nomes próprios denotam *objetos* e predicados denotam *conceitos*, especificamente. *Denotar*, ainda pormenorizando a terminologia de Frege, é designar, referir-se a um objeto ou conceito.

Nomes próprios são *saturados*: isto significa dizer que não aguardam por outros nomes próprios para definirem sua existência. A existência é um conceito que se aplica a *conceitos*, pois estes carecem de nomes próprios para preencher suas *lacunas*.

Exemplificando, na expressão lingüística:

(1) (...) é o defensor de Gotham City.

Onde o conceito depende do nome próprio ‘Batman’ para ser a sentença ‘Batman é o defensor de Gotham City’.

A sentença é, portanto, uma expressão lingüística sem lacunas. Na terminologia *fregeana*, conceitos são *insaturados*. No caso da expressão (1),

⁶ Para efeito de referências, utilizei o artigo sobre Frege escrito por Richard Heck e Alexander George (1998) para a enciclopédia Routledge de Filosofia e o artigo de Edward N. Zalta (2005) para a enciclopédia Stanford de Filosofia. Todas essas referências estão listadas na **Bibliografia**.

temos um predicado de *primeiro-nível*, porque trata do preenchimento da lacuna por um nome próprio. Caso tivéssemos a seguinte expressão:

(2) [...] é aquele que luta contra a violência na cidade.

Onde podemos completar a lacuna por ‘O defensor de Gotham City’. Este é um predicado de *segundo-nível*, porque só será uma sentença se for preenchido por um predicado de primeiro-nível.

A maneira como denotamos conceitos ou objetos, entretanto, não está ligada ao nosso entendimento de uma expressão lingüística, uma vez que podemos denotar o mesmo objeto e obter, ainda assim, compreensões diferentes. Dessa maneira, Frege afirma que o *sentido* de qualquer expressão **não é** o seu *referente*. “Sentido”, cabe esclarecer, é o que sabemos, o que apreendemos, o que intuímos ao entender uma sentença; referente, o objeto ou conceito que designamos em uma expressão. Tomando como exemplo a expressão (1) acima utilizada, podemos completá-la com o nome próprio ‘Bruce Wayne’. Dizer que ‘Bruce Wayne = Bruce Wayne’ não nos explicaria nada acerca desse nome. A não ser que alguém saiba que ‘Bruce Wayne = Batman’, ambas não denotarão o mesmo herói. A identidade de um referente será determinada pelo sentido da expressão, e não o contrário.

Isso parece gerar um pequeno problema, porque se a identidade for determinada pelo sentido de uma expressão, e duas expressões diferentes denotarem o mesmo referente, ambas ainda terão sentidos diferentes. Como isso é possível? De acordo com Frege, um nome próprio pode ter mais de um sentido: a referência de uma sentença será identificada pelo seu *valor-de-verdade*, que pode ser *Verdadeiro* ou *Falso*. Caso duas sentenças com sentidos diferentes tenham como referente o mesmo valor-de-verdade, ambas serão acerca do mesmo nome próprio. Portanto:

(3) Bruce Wayne é o defensor de Gotham City.

Tem o mesmo valor-de-verdade que a expressão (1). Citando Frege:

Enquanto o *nominatum* permanecer o mesmo (...) flutuações no sentido são toleráveis. Mas elas devem ser evitadas no sistema da ciência demonstrativa e não devem aparecer em uma linguagem perfeita.⁷

Por fim, Frege procura demonstrar que um profundo entendimento do funcionamento lingüístico mais básico seria capaz de relacionar pensamentos com o que é expresso em sentenças. O sujeito tem processos internos que não podem ser reduzidos à linguagem e as expressões desses processos são chamadas de “idéias”. “Pensamentos”, ao contrário das idéias, memórias, sensações e demais aspectos da vida psicológica de um indivíduo, não são processos fechados no sujeito, mas entidades perfeitamente compartilháveis. Esse caráter de objetividade do pensamento pode ser observado quando duas pessoas captam o sentido da mesma expressão. Em suma, o universo psicológico é subjetivo e, como tal, distinto. O *psicologismo*, a tentativa de explicar a compreensão por intermédio de análises psicológicas, constituirá uma falha porque não possibilita que observemos como tal realidade subjetiva se integra à objetiva. As unidades objetivas de sentido, qual seja, os pensamentos, possuem uma estrutura universal. As idéias são contingentes. Pode-se afirmar sem maiores dificuldades que Frege está comprometido com uma posição realista.

Sumarizando, os três pressupostos indispensáveis de que partiu Frege para sua análise *logicista* foram: (1) a redução dos problemas filosóficos a problemas com a linguagem, (2) a primazia da operação entre sentenças como caráter explanatório mais fundamental e (3) a rejeição ao psicologismo.

A influência de Frege na fundamentação da filosofia analítica é inegável. A investigação filosófica a partir da análise dos componentes simples da estrutura da linguagem enlevou diversos pensadores. Influenciou, inclusive, as posições defendidas pelos positivistas de que a filosofia deve ser prioritariamente ocupada da análise lógica e epistemológica de questões acerca do mundo. A aspiração de Frege a uma linguagem perfeita, ou, mais apropriadamente, *natural*, é o pressuposto que sustenta que a experimentação científica deve ter *status* de explicação racional, dado o anti-metafisicismo dominante nessa corrente. A noção de “identidade”, nesse contexto, será entendida a partir de *descrições definidas*: o referente será determinado pelo conhecimento prévio que temos dele e, por

⁷ FREGE apud KRIPKE, S., *Naming and Necessity*, p. 30.

consequente, o ente será identificado caso satisfaça a análise de todas as propriedades relacionadas.

De acordo com alguns pensadores, o papel do sujeito não pode ser deslocado da compreensão da linguagem. Desse ponto de partida, um nome próprio não será sinônimo de qualquer descrição. Afirmar da identidade que ela é uma relação de cada coisa consigo mesma não antevê como podemos afirmar de duas coisas em quais casos serão iguais ou terão o mesmo referente. Cito, por exemplo, Wittgenstein (1889-1951), filósofo austríaco:

Quando elucidado um nome próprio ostensivamente, poderia confundi-lo com um nome de cor, uma designação de raça, até mesmo com o nome de um ponto cardeal. Isto é, a definição ostensiva pode ser interpretada em **cada caso** como tal e diferentemente⁸.

Caso Wittgenstein esteja correto, o princípio de identidade será “algo especializado”. De certa forma, o sentido de um nome próprio não precisará ser algo específico. A dificuldade em estabelecer a identidade dos entes levanta a seguinte questão: existem casos onde se excluirá a *necessidade* de identidade? Se identidade for uma noção contingente, violaria o princípio de identidade como relação necessária que um ente tem consigo mesmo.

Willard Ormand Von Quine (1908-2000), filósofo norte-americano, defendeu que a necessidade de precisão na explicação de conceitos filosóficos e científicos não poderia prescindir de uma noção de identidade dentro de uma forte teoria sobre a referência⁹. Para falarmos do mundo, submetemos o raciocínio a um esquema conceitual peculiar à linguagem. Esse esquema, acreditava, é modificável. Quine comenta, no artigo *Identidade, Ostensão e Hipóstase*, que “nosso critério para avaliar mudanças básicas do esquema conceitual não pode ser um esquema realista de correspondência com a realidade, tem que ser um critério pragmático”¹⁰. Sua abordagem partirá da idéia de “hipóstase”: aprender a aplicabilidade de um termo é, de maneira indutiva, aplicar este termo a um *referente*. O discurso de identidade será, via de regra, *ostensivo*, ou seja, dependente do “ato de apontar”. Ao designar algo ostensivamente, tempo e espaço são indissociáveis, pois sucessivas ostensões fornecem amostras para que

⁸ WITTGENSTEIN, L., *Investigações Filosóficas*, p.90. Grifo meu.

⁹ QUINE, W.V.O., *Identidade, Ostensão, Hipóstase*, p. 258.

¹⁰ *Ibidem*.

conceituemos algo. Observam-se (1) **instâncias concretas de um universal abstrato** quando se supõe uma identidade entre propriedades partilhadas por entes diversos e (2) **partes concretas em um todo concreto** quando se supõe-se uma identidade para um objeto.

As ostensões para conceituar *termos gerais* (aqueles que predicam alguma coisa) são diferentes das que conceituam *termos singulares* (aqueles sobre os quais se predica algo). Ao contrário de Frege, onde o termo nomeia uma entidade quando substitui iguais por iguais, a ostensão geral não atribui identidade, dado que o nome geral não pretende ser o nome de um ente. No primeiro caso não criamos, a partir de diversas ostensões, uma nova entidade, mas um *termo singular abstrato* que satisfaça tais propriedades. Quine defendeu que conceituamos para fornecer economia intelectual, conforme o proposto por Guilherme de Occam.

Ao comentar o princípio de similaridade regularmente proposto no tratamento das *espécies naturais*¹¹, uma multiplicidade de entidades deve ser tratada sob a égide de determinada propriedade permutável entre os indivíduos deste grupo, ou seja, partindo da noção *qualitativa* de identidade. Propriedades são derivadas da ostensão geral, onde se aplica uma *classe* para tal ente, discriminada por um operador fundamental do tipo “_idade” ou “classe de”. Exemplificando, ao perguntarmos “qual caráter identifica genes?”, diríamos que ele tem “hereditariedade” ou que faz parte da “classe das características hereditárias”.

É verificável, entretanto, que um ente pode ser similar a outro e não deter as propriedades que o identificam com determinada classe. Ademais, um ente não pode ser idêntico a si mesmo em grau ou ordem. Predicar acerca de um ente a partir de suas similaridades qualitativas é inserir um relativismo de similaridade¹² que nada afirma acerca de determinado objeto. Retoma-se nesse ponto a discussão acerca da validade ou invalidade do segundo princípio da Lei de Leibniz: a identidade dos indiscerníveis. Esse segundo princípio, recapitulando, afirma da identidade qualitativa que ela implica em identidade numérica.

Prosseguindo, quando se observa que uma sentença, ao apresentar um termo abstrato, não lhe atribui identidade, pergunta-se: como pode haver um ente

¹¹ Id., *Espécies Naturais*, p. 197.

¹² Ibid., p.199.

identificável sem identidade? A ostensão singular procurará nomear algo como idêntico e o critério empírico utilizado para determinação da identidade de um objeto será, desta feita, a comparação de suas propriedades ao longo do tempo, de forma que se ‘dois’ objetos têm, tanto quanto se possa averiguar, as mesmas propriedades, então eles são idênticos. Contudo, se eu me propuser a comparar as propriedades de diferentes objetos para determinar a identidade dos mesmos, este propósito contraria o próprio sentido, pois, de antemão, tratam-se de objetos distintos. Caso o contrário fosse verdadeiro, a comparação seria feita com o mesmo objeto em tempos distintos, então, parece claro que já devo dispor de um critério para a sua identidade.

Saul Kripke, filósofo norte-americano, acredita que “a tese sobre *a-prioricidade* implicando em necessidade possa ser modificada”¹³. Ao concordar com a proposição de Wittgenstein de que um referente não é selecionado a partir de um sentido único implícito a cada ente, argumenta que selecionamos um ente a partir das descrições definidas sobre ele, mas podemos identificar qualquer outro referente a essa descrição. Além disso, Kripke assevera que um ente pode ser reconhecido por um sem-número de descrições, mesmo que algumas delas não estejam diretamente relacionadas ou contextualizadas.

Quando, por exemplo, as seguintes descrições definidas dão o sentido de Bruce Wayne:

- (4) Nascido em Metrópolis.
- (5) Vítima de trauma na infância.
- (6) Viajou durante anos em treinamento.

E descubro que Bruce Wayne nasceu em Gotham City, todas as demais descrições acerca desse ente devem falhar? Para Kripke, isso não implica em falha porque o referente satisfaz a maior parte das descrições. Essa resposta é dada em acordo com a “teoria dos grupos de nomes próprios”¹⁴. Sua principal premissa afirma que a todo nome próprio ou expressão designadora corresponde um grupo de propriedades. A partir dessa idéia, um indivíduo *A acredita* que uma das propriedades, ou algumas em conjunto, seleciona um referente de maneira única.

¹³ Cf. KRIPKE, op. cit., p. 63. Tradução minha.

¹⁴ Ibid., p. 64.

Caso A esteja correto e a maior parte das propriedades sejam satisfeitas por um determinado ente, então ele será o referente do nome próprio.

Conseqüentemente, essa teoria proporá que se devam ter conhecimentos acerca do ente anteriores à seleção da referência. Em outras palavras, caso não haja um referente que satisfaça tais propriedades, ou ainda, que a maior parte dessas propriedades sejam falsas, significa que o referente não existe?

A lógica modal, que trabalha noções de possibilidade e necessidade, ainda adiciona o seguinte problema à teoria dos grupos: o comportamento de nomes próprios e descrições em contexto modais podem ser diferentes. Não tratarei da discussão acerca da validade ou invalidade dos argumentos que se valem do dispositivo “mundo possível”. Joseph Melia, no artigo intitulado *Mundos Possíveis*, da *Routledge Encyclopedia* (1998), comenta que essa posição, seja ela de extremo ou moderado realismo, oferece um modo especulativo conveniente para expressar possibilidades, propor contrafactuais e reforçar argumentos, além de ser bastante presente na lógica contemporânea e nas investigações acerca da noção de “identidade”.

Suponhamos, então, que a expressão (5) seja falsa e Bruce Wayne não tenha sofrido trauma na infância. A existência de uma possibilidade contrária ao proposto implicaria em não satisfação de tais propriedades? Em outras palavras, como manter a identidade através de mundos possíveis?

Kripke propõe como resposta a noção de que nomes próprios são *designadores rígidos*: termos que selecionam o mesmo indivíduo em todo mundo possível em que ele exista. Em casos onde $x = y$, se ambos são designadores rígidos e instanciam as mesmas propriedades, a identidade será necessária. Para situações em que um designador rígido é relacionado a uma expressão não-rígida, a identidade não será necessária; descrições definidas não serão equivalentes a designadores rígidos.

O que parece ser uma possível solução levanta problemas: a visão de Kripke deixa aberta a probabilidade de uma noção contingente de identidade. Operadores modais (operadores que sinalizam uma possibilidade do tipo “em um mundo onde seja possível tal e tal”) têm uma esfera de ação. Intuições modais, portanto, serão manejadas a partir dos fatos definidos pelo escopo do operador acerca das descrições que ele pode oferecer. Uma descrição definida será equivalente ao nome próprio. Exemplificando, a expressão (1) ‘Batman é o defensor de Gotham

City' será falsa em um mundo possível onde Bruce Wayne não seja Batman? E mais: Batman somente será o defensor de Gotham City enquanto for Bruce Wayne? O que acontecerá se Bruce Wayne morrer e outro indivíduo ocupar o seu lugar como Batman? Nesses casos, a identidade será contingente porque para que isso ocorra, Batman e Bruce Wayne devem ser totalmente distintos.

Até aqui tratei da extensa delimitação da noção de “identidade”. A complexidade peculiar ao conceito dificulta uma exposição mais simplificada das dificuldades que interferem na compreensão de qualquer problema relacionado à natureza de um ente. Podemos sumariá-los, de acordo com a pesquisa prelecionada, em:

1. A falta de um critério de identidade;
2. Uma proposta que solucione os problemas levantados por defensores do realismo e do nominalismo;
3. Um tratamento adequado de noções tais como “intrinsicalidade” e “extrinsicalidade”;
4. Uma análise da idéia de identidade através de mudanças temporais;
5. A dificuldade em estabelecer a identidade como noção necessária ou contingente.

3.2 Identidade em Filosofia da Mente

Propõe-se uma ontologia para compreender os estados mentais como puramente cerebrais na tentativa de renunciar às lacunas explanatórias. Em acordo com as características elementares da noção de “identidade”, uma teoria que lhe propuser como lastro não afirmará correlação entre níveis distintos de fenômenos, a saber mente e cérebro, mas uma superioridade explanatória resultante da identidade total de propriedades que levará, pelo que determina a lei de Leibniz, à identidade numérica. Isso significa que não há, pelo menos em uma primeira análise, espaço para uma distinção entre domínios mentais e cerebrais. O que for verdadeiro de um deveria ser verdadeiro de outro, possibilitando até a eliminação de um determinado “segundo domínio de eventos inextensos” a se relacionar com o físico.

Os debates acerca da primazia ontológica do domínio cerebral não são atuais, porém se acirraram especialmente com o desenvolvimento das

neurociências¹⁵. Discorrerei brevemente acerca da sofisticação dessas pesquisas para situar em que âmbito o identitarismo surge.

A partir do século XIX, a arquitetura cerebral passa a ser compreendida a partir da divisão do próprio cérebro em diversas regiões altamente especializadas. Tal doutrina, o localizacionismo, teve um sem-número de seguidores e mantém pressupostos até hoje em voga. Não há um estudo inaugural, mas um dos marcos iniciais da pesquisa de funções cerebrais específicas foi a frenologia, difundida por Franz Gall. A frenologia defendia que “o exame das saliências na cabeça de uma pessoa revelava talentos e características psicológicas; os traços de caráter (...) eram controlados por regiões específicas do cérebro¹⁶”.

M.J.P. Flourens, eminente neurologista da Academia Francesa, não asseverava que o cérebro possui regiões específicas para funções determinadas, mas acreditava na integração como um todo de sua arquitetura. Essa posição é comumente chamada de holismo. João de Fernandes Teixeira (2005) argumenta que a posição de Flourens era, na verdade, equipotencialista, posto que holistas negam que “funções mentais possam ser entendidas em termos de áreas isoladas, mas (...) não [precisam] negar a especialização das áreas¹⁷”.

O equipotencialista, por sua vez, acredita que cada área do cérebro equivale à outra funcionalmente. Refiro a existência dessa diferença terminológica por crer necessário rigor na conceituação das posições, mas creio que ela não atrapalhará a presente exposição. Para propósitos práticos, utilizarei o termo “localizacionista” para referir aos defensores da especialização de regiões cerebrais, incluindo os holistas, e “equipotencialistas” para referir aos defensores de posição contrária.

Embora descartada a frenologia por conta de experimentos contrários à posição de Gall, a idéia de que cabiam a regiões específicas do cérebro certas funções persistiu. Paul Broca (em 1861), David Ferrier (em 1873) e Carl Wernicke (em 1874) obtiveram interpretações de resultados consideradas satisfatórias ao analisarem como lesões em localizações específicas do cérebro prejudicavam a fala, funções motoras e a compreensão da linguagem, respectivamente¹⁸. Esses estudos afirmavam que a determinação do significado

¹⁵ Cf. TEIXEIRA, J.F., op. cit., p. 19.

¹⁶ ROSENFELD, I., *A Invenção da Memória*, p. 15.

¹⁷ TEIXEIRA, J.F., op. cit., p. 21.

¹⁸ ROSENFELD, I., op. cit., p. 16 et. seq.

ambiental se devia à comparação das informações armazenadas no cérebro com os estímulos recebidos.

O córtex cerebral, com seus 600 milhões de células, segundo estimativa de Meynert, oferece um número suficientemente grande de locais de armazenagem, onde as inúmeras impressões sensoriais proporcionadas pelo mundo externo podem ser armazenadas uma a uma, sem interferência¹⁹.

Israel Rosenfield (1994), neurocientista norte-americano, cita três contra-argumentos²⁰ à localização, todos baseados na idéia de que o cérebro, a partir do ambiente, categoriza informações, e não o reverso (categoriza o ambiente a partir de informações pré-fixadas por estímulos anteriores). As informações e a memória, objeto de seu estudo, estariam em constante reformulação, posto que o ambiente também está:

Não existem recordações específicas em nosso cérebro; existem apenas meios de reorganizar as impressões passadas, de dar ao mundo incoerente e onírico da memória uma realidade concreta. As memórias não são fixas, mas sim generalizações – recriações – do passado que estão em constante evolução, dando-nos um sentimento de continuidade²¹.

Como se pode observar, o cerne dos debates é uma concepção de mapeamento da arquitetura cerebral. A maior parte das referências bibliográficas acerca do certame entre localizacionistas e equipotencialistas citará casos clínicos similares analisados sob interpretações diferentes. Ambas as posições estão em evidência porque delimitarão o conceito sobre o qual falamos ao nos referirmos, em uma teoria, ao cérebro.

Nesse contexto de intensa discussão acerca da histologia das células nervosas, do mapeamento cerebral, da aplicação de teorias físicas, químicas e biológicas, uma questão permanece: como essas propostas auxiliarão na compreensão dos estados mentais de um indivíduo?

Com a publicação do artigo “Is Consciousness a Brain Process?” no *British Journal of Psychology*, em 1956, U.T. Place dá a largada na defesa das teorias da identidade mente-cérebro no contexto de uma filosofia dedicada às intrincadas

¹⁹ WERNICKE apud Ibid., p.27 et. seq.

²⁰ A partir de casos clínicos interpretados pelo psicanalista Sigmund Freud e pelo neurologista Hughlins-Jackson. Ibidem, p. 67 passim.

²¹ Ibidem, p. 80-81.

dificuldades surgidas com o avanço das neurociências. Conforme explicita John Janieson Carswell Smart no artigo *Identity Theory of Mind* (2004) da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, à época, o programa positivista encontrava seu auge, então se dava importância ao ideal de uma teoria empírica para a explicação do comportamento e de uma linguagem natural que permitisse a modelagem desse conhecimento.

Foi exatamente o supracitado J.J.C. Smart, filósofo australiano, quem publicou, em 1963, a obra intitulada *Filosofia e Realismo Científico* onde defendeu a tese de que a filosofia deve promover uma reconstrução lógica e racional da linguagem com a finalidade de expressar as proposições do pensamento científico. Essa subsunção à ciência afirmará a filosofia como promotora de *visões de mundo*, enquanto a ciência terá, por excelência, a tarefa de dizer *como o mundo é*²².

Em sua visão de que o homem é um mecanismo físico auto-regulável, dotado de processamento sofisticado de informações, estados mentais serão entendidos como processos cerebrais. Termos mentalistas, tais como acreditar, desejar ou sentir, se referirão a estados neurais expressos em padrões comportamentais²³. Smart concorda com Wittgenstein ao defender a tese segundo a qual a expressão verbal de um estado tido como mental não reportará o que é ter aquela experiência. Citando Wittgenstein, no § 244:

Como as palavras se referem a sensações? Nisto não parece haver nenhum problema (...) mas como é estabelecida a ligação entre o nome e o denominado? A questão é a mesma que: como um homem aprende o significado dos nomes de sensações? (...) A expressão verbal da dor substitui o gritar e não o descreve²⁴.

Um processo cerebral não é parte do que chamamos de experiência. Em sua tentativa de recusar teorias de dualistas, postula uma identidade de *tipos* entre estados mentais e estados cerebrais. A identidade de tipo afirma que para cada tipo de estado mental existe um tipo de estado cerebral. Smart acredita, por exemplo, que o que chamamos de “euforia” é, em verdade, uma série de “descargas de endorfina”, sendo essa a verdadeira natureza da sensação descrita.

²² SMART, J.J.C., *Philosophy and Scientific Realism*, p. 04 et. seq.

²³ *Ibid.*, p. 89.

²⁴ WITTGENSTEIN, L., *op. cit.*, p. 95.

Caso essa fosse uma teoria de dualista, defender-se-ia que os estados mentais não são redutíveis aos estados observados neurofisiologicamente.

Críticas à identidade de tipo afirmam que ela não funciona por violar a Lei de Leibniz, dado que a identidade numérica afirma que deve haver uma totalidade de propriedades para que algo seja idêntico a alguma outra coisa. Influenciado também por Gilbert Ryle, Smart trata de termos mentalistas como equívocos categoriais, próprios da linguagem com que expressamos o comportamento. Termos como “ter a experiência de...” serão *tópico-neutros*, isto é, não se referirão a nenhum objeto, sendo meras formas verbais de descrição²⁵. Em conformidade com o pensamento de Ryle, a meta principal de uma teoria empiricamente respeitável para o tratamento dos estados cerebrais é um maior rigor de linguagem, evitando os resquícios de subjetividade próprios do dogma do “Fantasma da Máquina”.

A dificuldade colocada pelos princípios internos da noção de “identidade” causou o enfraquecimento das teorias da identidade de tipos. Suponhamos que Batman e Super-Homem sejam surpreendidos por vilões que lhes atacam. Após o combate, Batman, que foi fortemente atingido no braço, sentirá dor ou, conforme a identidade de tipos, a ferida lhe causa estimulação das fibras-C. Suponhamos que o Super-Homem também tenha se ferido no combate e reporte o mesmo estado de dor. Sendo o Super-Homem oriundo de outro planeta, Krypton, será que seu cérebro tem a mesma constituição que o cérebro do Batman? Apesar de suas habilidades, o Homem-Morcego é um terráqueo. A dor do Super-Homem será resultante da estimulação de, suponhamos, fibras-K? A noção de identidade é transitiva, portanto, o que for verdadeiro para x, deve ser verdadeiro para y. Sendo ‘dor = fibra-C’ e ‘dor = fibra-K’, podemos concluir que ‘fibra-C = fibra-K’. E isso viola a lei de Leibniz, já que as fibras-C não podem ser as fibras-K (cuja histologia deve ser bem diferente). O argumento das fibras-C já se tornou clássico na literatura de Filosofia da Mente que procura refutar a identidade de tipos.

Nesse contexto, no final da década de 1960, surge o funcionalismo, enunciado por Hillary Putnam como alternativa ao identitarismo de tipos. A referida tese sugere que se deva analisar o materialismo a partir de uma identidade de *instâncias* mentais e cerebrais, ao invés de *tipos*, aproveitando o vocabulário

²⁵ SMART, J.J.C., op. cit., p. 103.

mentalista para descrever propriedades que desempenham um *papel causal* no comportamento. A identidade de instâncias diz que para algum estado mental haverá algum estado cerebral que o instanciará.

O cérebro será tratado a partir do equipotencialismo e a utilização da analogia computacional será bastante recorrente, como nos casos em que se explica o cérebro como um hardware e a mente como o software que desempenha procedimentos de processamento entre estímulo ambiental e resposta comportamental.

Exemplificando, digamos que exista um conjunto de propriedades físicas básicas para o funcionamento dos cinco sentidos:

$$S = \{p_1, p_2, p_3, \dots, p_n\}$$

Em um dia de verão, creio que o calor está insuportável. Essa propriedade de “crer que o calor está insuportável” será instanciada em uma dessas propriedades primárias. O estado mental “acreditar em algo” será realizado em um ou mais membros do conjunto S, sendo considerada uma propriedade de *segunda-ordem*. Propriedades de segunda-ordem não são intrínsecas porque existem em relação às propriedades de *primeira-ordem* que as instanciarão. Caso eu tome um banho gelado ou ligue o ventilador, essa propriedade de segunda-ordem teve um papel causal relevante na explicação do meu comportamento. Essa relação entre mente e cérebro será denominada “múltipla realizabilidade”. A múltipla realizabilidade não identifica tipos cerebrais a tipos mentais, mas defende que para cada estado mental, devemos identificar um conjunto de atividades funcionais, possíveis de serem executadas por sistemas distintos, independente da estrutura físico-química dos mesmos, sendo essa variedade de identidade conhecida por *identidade de instâncias*.

Para manter a múltipla realizabilidade devem-se *funcionalizar* as propriedades mentais, mas isso resultará em alguma forma de redução, necessária para a manutenção de uma proposta reducionista coerente. Jaegwon Kim dedica boa parte de seu trabalho à ontologia de Filosofia da Mente dentro de um paradigma materialista. Em seu interessante artigo *Problems of Reduction* (1998) para a enciclopédia *Routledge* de Filosofia, apresenta a idéia geral de “redução” e os seus problemas decorrentes. Em tal artigo, comenta que os modelos de redução

têm em comum a pretensão de absorver uma teoria em outra de maior eficácia ou mesmo dispensar conceitos discrepantes. Para tal, deve-se ter duas teorias completas com propriedades coextensivas entre ambas.

Retomando o caso da “múltipla realizabilidade”, reduzir propriedades do domínio mental para instâncias físicas será problemático porque uma propriedade mental pode exercer papel causal sobre instanciadores físicos diversos. Isso se resolveria com uma *disjunção*, uma manobra lógica, mas não manteria a redução *global*, implicando em uma redução *local*, contingente. Todos os problemas decorrentes de uma contingência impossibilitariam a redução ontológica entre domínios. Na obra *Mente em um Mundo Físico*, de 1998, o próprio Kim reconhece que o reducionismo tem perdas e ganhos²⁶.

Alega-se, nesse contexto, que a redução ontológica falha porque propõe domínios coextensivos, ao invés de idênticos. Para funcionalizar uma propriedade mental deve-se contar com maneiras de preservar a identidade desse mesmo estado, embora multiplamente instanciável. Kim aposta no instrumental de Kripke, com a noção de “designadores rígidos”, embora não afirme da relação mente-cérebro que a mesma seja uma identidade de tipos. Ao contrário, mantém a identidade de instâncias, mas busca auxílio na idéia de que tal identidade se dará por intermédio das leis naturais já fixadas, o que tornará essa relação *nomologicamente necessária*. Em um mundo possível com leis diferentes, a relação se manterá conforme os princípios que regem a organização física de onde, possivelmente, será instanciada uma propriedade mental²⁷. O materialismo redutivo implicará em esvaziamento ontológico do domínio mental, tratando-o como nível descritivo de determinada organização natural.

É justamente essa a última dificuldade que se coloca no caminho das teorias da identidade: as *qualia*. Por qualia, caracterizam-se as propriedades consideradas irreduzíveis ao funcionamento físico de um sistema. São chamadas de “qualidades secundárias” (ou “subjetivas”) pelos proponentes das teorias da identidade, em contraponto às “qualidades primárias”, componentes da estrutura física de um ente. Citando exemplos, as cores que um leitor vê no seu gibi preferido, o gosto que sinto ao comer comida japonesa e a forma como sentimos nossas emoções são sugestões do que pode ser entendido como *qualia*. Segundo seus defensores,

²⁶ Cf. KIM, op. cit., p. 89.

²⁷ Ibid., p.99.

teorias que alegam a identidade mente-cérebro abordam as concepções físicas visando uma objetividade em suas explicações, mas desvinculam-se da *percepção de primeira-pessoa*. Essa postura é considerada prejudicial por não possibilitar uma compreensão da realidade da própria experiência consciente em todas as suas modalidades. Citando Thomas Nagel (2004):

Por mais poderosa que essa alvejada concepção física da objetividade tenha demonstrado ser, enfrenta dificuldades quando apresentada como método para buscar um entendimento completo da realidade. (...) ficamos sem nenhuma explicação para as percepções e os pontos de vista específicos que, embora abandonados por serem irrelevantes para a física, parecem existir, juntamente com os de outras criaturas – sem mencionar a atividade mental de formar uma concepção objetiva do mundo físico, que não parece ela própria suscetível de análise física²⁸.

Negar as *qualia* não parece ser uma boa solução porque elas são, segundo seus defensores, inegáveis e infalíveis. David Chalmers (1996) chega a afirmar que os problemas em Filosofia da Mente se dividem em dois tipos: os problemas **tratáveis**, que se referem ao processamento dos estímulos pelo cérebro e o problema **rigoroso**, que se ocupa do que é a sensação de primeira-pessoa que acompanha tal processamento.

De acordo com Chalmers, qualquer teoria que desconsidere o ponto de vista de primeira-pessoa não está levando a questão da consciência a sério²⁹. Tal defesa é compartilhada por Nagel, supracitado, e Colin McGinn (1991 e 1999). A diferença entre ambos é que McGinn afirma que embora não possamos solucionar “o mistério da consciência”, somos capazes de construir teorias, desenvolver perícias intelectuais e ainda manter um assombro perante a maravilha do universo³⁰. Nagel admite a hipótese de McGinn, embora afirme que a possibilidade desse conhecimento não deva estabelecer uma ligação forte como a de identidade³¹.

Todas essas dificuldades seriam evitadas com a negação do domínio mental? De acordo com a *neurofilosofia* de Paul e Patrícia Churchland, não existe uma linguagem neutra que possibilite uma observação pura, incorrigível, dos

²⁸ NAGEL, T., *Visão A Partir de Lugar Nenhum*, p. 20.

²⁹ O filósofo David J. Chalmers repete essa idéia ao longo da obra *The Conscious Mind*, de 1996, enfatizando essa diferença entre *easy problem* e *hard problem* ao longo da *Introdução*.

³⁰ McGinn, C., *The Mysterious Flame*, p. 69 et. seq.

³¹ NAGEL, op. cit., p. 77.

fenômenos, fazendo com que a introspecção seja falível³². Para os Churchland, reduzir a linguagem mental não é suficiente, deve-se é eliminar o vocabulário considerado confuso por conta de uma teoria improvável ou que não seja reforçada por constantes testes empíricos³³.

Essa concepção radical se deve porque os Churchland consideram a redução uma relação lógica e, como tal, implicante em identidade. O caráter de economia intelectual, herança de Occam, deve ter compromissos práticos e formais, propondo uma nova noção para a mente, resultante do sucesso das neurociências e não de uma relação bicondicional entre termos. Em outras palavras, não há uma propriedade mental M idêntica à propriedade física F, mas somente F.

A maior falha do modelo eliminativista, conforme critica Teixeira³⁴, é a de que não se deve supor um modelo único para classificar o cérebro, dada a diversificada tipologia resultante da miríade de mapeamentos possíveis. Daniel Dennett³⁵ afirma que o maior problema de tais teorias é que ainda não vislumbram uma topologia cerebral funcional. O funcionalismo se mantém forte no debate porque mantém como trunfo a possibilidade de novos tipos de mapeamentos cerebrais, embora a possibilidade de uma teoria computacional, metáfora favorita dos funcionalistas, esteja um tanto abalada pela dificuldade de se criar uma simulação comportamental sofisticada, como a humana. Será que essa metáfora ainda dá conta das dificuldades referentes ao problema mente-cérebro?

3.3 Comentários

O problema maior da identidade é a incessante dificuldade em não contrariar a lei de Leibniz, porém, questionando como podemos predicar de algo que ele seja idêntico a outro objeto. O que se pode propor de diferente é uma reformulação da Lei de Leibniz, que emergiria como uma nova conceituação para identidade.

O problema com a identidade qualitativa é o fato de definir a propriedade como condição de identidade, embora estas condições não sejam necessárias, nem suficientes. Procura-se, em contrapartida, formular algo de necessário

³² CHURCHLAND, P.M., *The Engine of Reason, The Seat of Soul*, loc. cit.

³³ Ibid., p. 226.

³⁴ TEIXEIRA, op. cit., p. 28 et. seq.

³⁵ DENNETT, D. C., *Consciousness Explained*, p. 273.

introduzindo o conceito de *propriedades intrínsecas*. Isso resulta na já comentada noção *circular* de identidade, visto que para que um ente se relacione consigo mesmo ele precisaria ser algo distinto do que é. Este é o problema identificado, dentre muitos, por Butchvarov (1979), ao tratar do que chama de *sentenças de identidade material*:

Sentenças de identidade material não afirmam de uma coisa que ela seja a mesma para si. Tampouco afirmam de duas coisas que elas sejam a mesma (...) A característica das sentenças de identidade material que demanda consideração filosófica consiste no fato de que embora, quando verdadeira, tal sentença possa somente ser sobre uma coisa, ela parece ser sobre duas coisas distintas³⁶.

As teorias da identidade no modelo *tipo-tipo* demarcaram os parâmetros básicos e as restrições de que partem os debates, o que ainda dá forças a uma perspectiva materialista com relação ao problema mente-cérebro, mas não conseguiram manter uma noção de “identidade”. O problema não parece se encontrar somente na impossibilidade de uma redução interteórica, conforme postulado pelos pós-positivistas, mas no próprio esvaziamento do conceito de “identidade”. Davidson defende no “monismo anômalo”, proposta discutida no capítulo sobre a causação, a utilização da identidade no sentido fraco, do tipo de *instância-instância*, para falar de como o mental influi no domínio físico, mas o argumento da exclusão não mantém propriedades mentais dentro dessa perspectiva, mesmo que “mental” seja apenas um evento lingüístico.

A identidade de instâncias mantém vaga a natureza de determinado estado, seja ele qual for (e é nesse ponto crucial que se acirra o debate entre realistas e nominalistas). As propostas funcionalistas perceberam esse alarido e procuram manter a metáfora *computacional*, embora já se reconheça que a identidade de tipos possa ser novamente admitida em função de novos mapeamentos cerebrais³⁷. “Qual será o futuro do funcionalismo como proposta reducionista válida?”, arguem seus defensores, deparando-se com uma nova ascensão do identitarismo de tipo na agenda de pesquisa.

³⁶ Butchvarov caracteriza a *identidade qualitativa* como *identidade material*. BUTCHVAROV, P., *Being Qua Being*, p. 11 et. seq.

³⁷ TEIXEIRA, J.F., op. cit., p. 30.

Argumenta-se que os defensores das *qualia* cometem uma falácia de afirmação do conseqüente ao tratá-las³⁸. A pressuposição de que as *qualia* são incorrigíveis adotará princípios problemáticos, pois não se pode manter o fisicalismo sem abrir mão das *qualia* como irreduzíveis ao físico. Para salvaguardar o fisicalismo, devem-se incluir as *qualia* no mobiliário de entidades do mundo físico. Porém, o próprio fisicalismo dificulta essa proposta porque todas as suas pressuposições resultarão na irrealidade do mental³⁹ ou em sua ineficácia causal, tornando-as “epifenômenos”. Admiti-las como epifenômenos, além de não resolver o problema e ir contra a aclamada navalha de Occam, cria problemas para o fisicalismo, dado que viola o fechamento causal físico implicado pelo determinismo.

O futuro da neurociência proporá um enriquecimento conceitual, insiste Paul Churchland, e uma nova compreensão surgirá. Algo similar é dito por Roger Penrose na obra *A Nova Mente do Imperador*, de 1989, onde o matemático discorre sobre a possibilidade de uma compreensão da mente a partir da estrutura microfísica do cérebro. A mente, ele diz, é o resultado de efeitos quânticos em microtúbulos, pequenos canais internos à estrutura das células. Penrose é criticado por Patrícia Churchland e Rick Grush no artigo intitulado *Gaps in Penrose's Toilings*, publicado no *Journal of Consciousness Studies*, em 1995, eminente periódico de divulgação científica de estudos interdisciplinares. O mais acurado argumento de sua crítica evidencia que a consciência não depende diretamente de propriedades em microtúbulos, mas de um entendimento avançado das propriedades intrínsecas ao sistema nervoso. Em qualquer dos casos, uma nova ciência deve surgir para que tenhamos novos pressupostos para compreender o mundo físico. Postergar o problema não é resolvê-lo, mas transformá-lo em uma “anomalia”.

A noção de “identidade de instâncias” enfrenta algumas dificuldades operacionais desconcertantes. Primeiro, havendo uma ou mais propriedades físicas capazes de realizar um comportamento, apelar para propriedades mentais leva à sobredeterminação explicativa, problema identificado no capítulo sobre causalidade. O “argumento da exclusão”, também comentado no capítulo precedente, será aplicável, posto que uma propriedade física pode ter causado

³⁸ CHURCHLAND, op. cit, p. 204.

³⁹ KIM, op. cit., p. 120.

outra, excluindo a necessidade de uma propriedade oriunda de domínio mental. Terceiro, a realização de um estado funcional é extrínseca; se o tipo de resposta comportamental é definido pelas propriedades físicas de um sistema, o que garante que uma propriedade mental *M* será instanciada pela propriedade física *F* em um sistema distinto, embora com a mesma organização física? Conforme o princípio da anomalia do mental, de Davidson, não há leis que tratem do domínio mental e o relacionem com o físico. Mesmo que sua proposta tenha sido abalada pelos argumentos posados contra a anomalia do mental, não temos como admitir um princípio nomológico para o domínio mental, somente para o físico. Kim argumenta que se aceitamos a razoável constância das leis naturais, não corremos esse risco de variação, porém, para manter a base física fixada e invariante por razões nomológicas, a múltipla realizabilidade resultará em superveniência:

Uma vez que a constituição do sistema físico e as leis da natureza predominantes estão determinadas, isso determinará se *F* realiza ou não *M* naquele sistema. (...) com leis mantidas constantes, a relação de realizabilidade permanece invariante para sistemas com micro-estruturas similares⁴⁰.

Finalizando, para predicarmos, precisamos, de antemão, do conceito de “ente”, ao qual cabe *necessariamente* ser idêntico a si mesmo. Sem identidade não há entidade, mas sem a predicação não se pode saber que entidades há. Predicação e identidade são os elementos básicos do discurso sobre os entes. Este problema é observado, embora com motivações diferentes, por David Wiggins (1979) em um artigo sobre sentenças de identidade:

Predicação pressupõe identificação. Identificação pressupõe a possibilidade de sentenças de identidade. Por outro lado, identificação e referência pressupõem identificação sob algumas descrições, o que pressupõe predicação. Se identidade pressupõe predicação e predicação pressupõe identidade, então ambas devem ser primitivas.⁴¹

Dentro do paradigma fisicalista, a experiência consciente deve ser explicada por intermédio de uma teoria que dê conta dos aspectos físicos dos estados mentais. Segundo essa proposta, o que chamamos de “mente” é, na verdade, uma resposta comportamental resultante do processamento de estímulos feito pelo

⁴⁰ KIM, op. cit., p. 23.

⁴¹ Wiggins, *Identity-statements*. Separata de: BUTLER, R.J. (ed.), *Analytic Philosophy*, p.69. Tradução minha.

cérebro. O resultado do estudo neurológico associado a uma teoria empírica comportamental forte foi o sustentáculo dessas propostas. O principal problema que enfrentaram foi a malfadada tentativa de redução entre teorias que se referiam a uma dimensão de propriedades mentais à proposta fisicalista. Como contornar as dificuldades conceituais e ontológicas que isso implica? E mais: se a afirmação de Kim estiver certa, o que podemos esperar de teorias que apelem à relação de superveniência?